

designo para exercer as funções de apoio técnico administrativo no meu gabinete Alice da Silva Pereira Nunes, assistente técnica do mapa de pessoal da Inspeção-Geral das Atividades Culturais.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 14 de abril de 2016.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de abril de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Alice da Silva Pereira Nunes

Data de Nascimento: 25 de agosto de 1956

Naturalidade: Freguesia de Pena Verde, Concelho de Aguiar da Beira, Distrito da Guarda

Habilitações Académicas:

12.º Ano de Escolaridade no âmbito do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências — 2009

Formação Profissional:

Curso de Técnicas Documentais — Documentação Administrativa; Curso de Língua Inglesa — Atendimento, Curso de UFCD de Aplicações de Gestão Integrada, Curso de Elaboração de Documentos Escritos na Administração Pública, Curso de Organização e Gestão de Arquivos Administrativos, Curso de Windows, Curso Word97 — Nível I, Curso de Datilografia.

Experiência Profissional:

Assistente Técnica exercendo funções nos Gabinetes dos Ministros e Secretários de Estado da Cultura desde janeiro de 1991;

Assistente Técnica (desde 2009);

Assistente Administrativa (1999-2009);

Terceiro Oficial (1998-1999);

Escriturária Datilógrafa (1991-1998);

Escriturária Datilógrafa na Direção-Geral da Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (1985-1991);

Continua no Ministério da Comunicação Social (1981-1985);

Servente de Limpeza no Ministério da Comunicação Social (1975-1981).

209574382

Despacho n.º 6524/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo secretária pessoal do meu gabinete Alexandra Maria Frexes Feiteiro, assistente técnica do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Direção-Geral do Património Cultural e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 14 de abril de 2016.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de abril de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Alexandra Maria Frexes Feiteiro

Data de nascimento: 18 de outubro de 1971

Habilitações académicas:

12.º Ano.

Bacharelato (3.º ano) de Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

Experiência profissional:

Secretária pessoal do Ministro da Cultura do XXI Governo Constitucional.

Secretária pessoal do Secretário de Estado da Cultura do XX Governo Constitucional (novembro de 2015).

Secretária pessoal do Diretor-Geral do Património Cultural (desde 2012 até outubro de 2015).

Secretária pessoal do Diretor do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (2007-2012).

Secretária pessoal do Presidente do Instituto Português do Património Arquitetónico (1994-2007).

Secretária pessoal do Secretário de Estado da Cultura do XI Governo Constitucional (1994).

209574325

Direção-Geral das Artes

Despacho n.º 6525/2016

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi autorizada por meu despacho, de 6 de fevereiro de 2016, a abertura do procedimento concursal destinado à seleção para provimento no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos da Direção-Geral das Artes.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso (extrato) n.º 2095/2016, de 5 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e da Bolsa de Emprego Público, com o Código n.º OE201602/0227, de 22 de fevereiro de 2016.

Cumpridos que foram todos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, o júri do concurso deliberou propor a designação do candidato João Manuel Cebolas Batista Barreta, o qual, estando de posse dos requisitos legais exigidos, demonstrou ter o perfil adequado e as características necessárias ao competente exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos da Direção-Geral das Artes.

Nestes termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Nomeio, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau como Diretor de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos da Direção-Geral das Artes, o mestre João Manuel Cebolas Batista Barreta, técnico superior, do mapa de pessoal da Secretaria Geral do Ministério da Economia.

2 — O presente despacho produz efeitos a 16 de maio de 2016.

9 de maio de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos Moura-Carvalho*.

Nota curricular

I — Dados pessoais

Nome: João Manuel Cebolas Batista Barreta.

Data de nascimento: 7 de novembro de 1967.

Graus académicos: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (1994), pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e Mestre em Gestão do Território (2006), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

II — Experiência profissional

De 1996 a 2001, exerceu funções, como técnico superior, na Direção Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC), na área funcional de Comércio, Modernização e Assistência Técnica, destacando-se ao nível da preparação, apoio técnico e acompanhamento das medidas previstas no Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM). Em 2000 foi designado representante do Ministério da Economia na Comissão Nacional Interministerial para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais.

De 2001 a 2008, desempenhou funções, em cargos dirigentes, na administração local — Câmara Municipal de Montijo (2001-2004) como Chefe de Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (DSUA), Câmara Municipal de Setúbal (2004-2007) como Chefe de Divisão de Turismo e Atividades Económicas (DITAE) e Câmara Municipal de Lisboa (2007-2008) como Diretor Municipal das Atividades Económicas (DMAE).

Enquanto dirigente, nas autarquias de Setúbal e de Lisboa, exerceu outros cargos, destacando-se nas Assembleias-Gerais da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) e do Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), bem como na Presidência da Direção da Agência para a promoção da Baixa-Chiado (ABC). Em Lisboa foi o representante do Senhor Presidente da Câmara (Comissões Municipais relativas à autorização de instalação/modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e instalação de conjuntos comerciais, sendo responsável operacional por diversas medidas “Simplex Autárquico”).

Entre 2009-2012, já na administração central, exerceu funções dirigentes, no Departamento de Planeamento e Prospetiva e Relações Internacionais (DPP), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), como Diretor de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica (DSPGE), tendo assegurado a representação do Ministério no Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS), foi membro do Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) e integrou a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género.

De abril de 2012 a maio de 2016, desempenhou funções como técnico superior (na Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno (DSACI), na Secretaria Geral do Ministério da Economia).

Conta com diversos trabalhos/estudos publicados, dos quais se destacam os livros: “Organização e gestão dos mercados municipais” (2002, GEPE); “A informação para as empresas comerciais” (2005, GANEC); “O comércio e o ordenamento urbano” (2008, CCP); “Comércio, cidade e projetos de urbanismo comercial” (2008, tese de mestrado); “Comércio de proximidade e regeneração urbana” (2012, CIP). Destaque para o livro — “Comércio(s)! A que propósito? Conversas (im)prováveis com Fernando Pessoa” (2016, Diário de Bordo Editores/Observatório do Comércio).

Autor de dezenas de artigos em várias publicações — Comércio e Concorrência, Análise Social, Prospetiva e Planeamento, Marketeer, Distribución y Consumo, Indústria, Inovação e Emprego, HiperSuper, Construir, Urbanismo, Comércio de Lisboa, Notícias de Montijo, Jornal Arquiteturas, Jornal de Setúbal, Jornal da Madeira, Jornal do Comércio, entre outras.

Vencedor dos prémios “Rectângulo” (2012) promovido pela Editora Alfarroba, com o conto “Do poder de poder ser surpreendido ao poder de poder surpreender” e “Consumus Dixit” (2015), promovido pelo Fórum Consumo, na categoria de “Melhor Trabalho Jornalístico”, com o artigo “Fazer acontecer a regeneração urbana com os mercados municipais”.

Autor de comunicações, em diversos fóruns, sobre temáticas como “urbanismo comercial”, “centros comerciais a céu aberto”, “gestão de mercados municipais”, “gestão de centros urbanos”, “comércio em contexto rural”, “incentivos comunitários”, entre outras.

Colaborou, como técnico especialista, em vários estudos/projetos, nomeadamente, “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana” (CIP); “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável -

Olhão 2025” (IESE); “Gestor de Centro Urbano” (CCP/DGE); “Projetos de Urbanismo Comercial do Chiado e Campo de Ourique” (Espaço & Desenvolvimento); “Gabinete de Apoio aos Novos Empresários do Comércio” (CCP/DGE); “Plano Estratégico do Norte Alentejano” (Espaço & Desenvolvimento); e “Criação e Implementação de Unidades de Gestão de Centro Urbano” (CCP/DGCC).

III — Formação complementar

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública;
Certificado de Aptidão de Formador;

Outras ações de formação, como sejam: “Ética, Conduta e Prevenção da Corrupção na AP”, “Sistema de Auditorias Internas na AP”, “Planeamento Estratégico”, “Balanced ScoreCard (BSC) -

Nível Avançado”, “Práticas de Gestão de RH”, “Métodos e Práticas de Prospetiva Territorial”, “Produtividade: Eficiência e Eficácia na AP”, “Concepção, Gestão e Avaliação de Programas Públicos”, “Métodos de Entrevista e Seleção de Pessoal”, “Implementação do SIADAP”, “Liderança e Gestão de Equipas”, “Saber trabalhar em equipa e otimizar a complementaridade”, “Gestão Avançada de Projetos”, entre muitas outras.

209583081

Direção-Geral do Património Cultural

Anúncio n.º 129/2016

Abertura do procedimento de classificação do Palacete Alves Machado, incluindo o jardim e o património integrado, na Rua do Salitre, 62 e 64, Lisboa, freguesia de Santo António, concelho e distrito de Lisboa.

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, por meu despacho 13 de abril de 2016, exarado sobre proposta do Departamento dos Bens Culturais, foi determinada a abertura do procedimento de classificação do Palacete Alves Machado, incluindo o jardim e o património integrado, na Rua do Salitre, 62 e 64, Lisboa, freguesia de Santo António, concelho e distrito de Lisboa.

2 — O referido imóvel está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

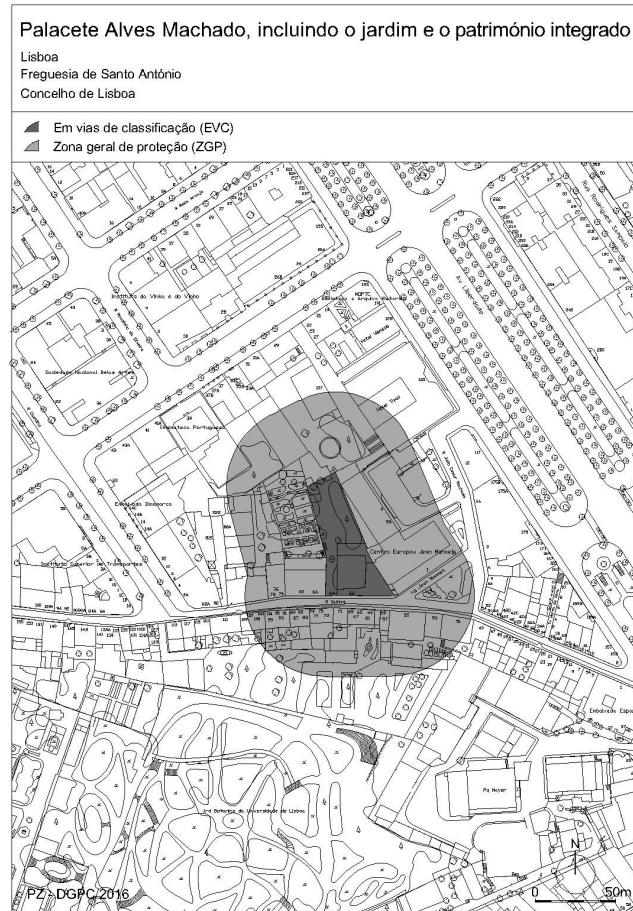
3 — O imóvel em vias de classificação e os localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos), conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio, ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do referido decreto-lei.

4 — Nos termos do artigo 11.º do referido decreto-lei, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

- a) Direção-Geral do Património Cultural, www.patrimoniocultural.pt;
- b) Câmara Municipal de Lisboa, www.cm-lisboa.pt.

5 — O interessado poderá reclamar ou interpor recurso hierárquico do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, nos termos e condições estabelecidas no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

19 de abril de 2016. — A Diretora-Geral do Património Cultural,
Paula Araújo da Silva.



209564516